



## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES / 2025 - ASSEAPT

### 1. Descrição da Necessidade da Contratação

DESCRIÇÃO
<p>Trata-se da contratação de empresa especializada para execução de projeto de Adequação dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do Edifício Anexo do TRE-PI, com vistas a obter junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí o Atestado de Regularidade de uso da edificação.</p> <p>A presente contratação fundamenta-se na legislação aplicável, a qual determina a obrigatoriedade de adequação das edificações a um Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar. Tal contratação revela-se imprescindível uma vez que o prédio anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, atualmente, não está em conformidade com as normas de proteção contra incêndio vigentes.</p> <p>O imóvel foi inaugurado no ano de 2004, portanto já se passou mais de 20 (vinte) anos desde sua construção, tendo sofrido diversas atualizações de layout de ambientes ao longo do tempo. O imóvel conta, atualmente, com um sistema de detecção de alarme e incêndio inoperante no momento, necessitando de implantação de nova infraestrutura, elementos e central de alarme, faz-se também necessária a revisão de todos os sistemas de acionamento de bombas de hidrantes e sprinklers.</p> <p>Dessa forma, a Seção de Administração Predial e Transportes contratou empresa especializada e obteve um novo projeto de prevenção e combate a incêndios, o qual foi devidamente submetido e aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (CBMEPI).</p> <p>Portanto, os objetivos diretos e indiretos a serem atingidos com a regularização dos sistemas são:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Obter o ARCB (Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros), documento oficial emitido pelo Corpo de Bombeiros que comprova que uma edificação ou área de risco está regularizada de acordo com as normas de segurança contra incêndio.</li><li>- Obter o Habite-se, emitido pela prefeitura, o qual atesta que a construção foi concluída de acordo com as normas e pode ser utilizada, o ARCB é um requisito para a emissão do Habite-se;</li><li>- Regularização dos imóveis do TRE-PI junto à Secretaria do Patrimônio da União.</li></ul>

### 2. Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

DESCRIÇÃO
<p>A presente demanda foi contemplada na Proposta Orçamentária 2025, conforme Proc. SEI Nº 0002112-51.2024.6.18.8000, doc. SEI Nº 0002218108 e e sua consequente aprovação no <b>Plano de Contratações Anual - PCA/2025 (Nº 0009655-08.2024.6.18.8000)</b></p> <p>Item de Despesa: 33.90.39.16. - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS</p>

### 3. Requisitos da Contratação

DESCRIÇÃO
<p>Como requisitos necessários para o atendimento da demanda, o licitante deverá ser idôneo e especializado na prestação dos serviços de engenharia, estando de acordo com as seguintes condições:</p> <p><b>Definição e Justificativas da natureza do serviço:</b></p> <p>A presente contratação trata-se de serviço comum de engenharia, conforme disposto no Art. 6º, XXI, a, da Lei 14.133/21, visto que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade que podem ser</p>

objetivamente definidos, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens imóveis, com preservação das características originais dos bens. Assim tendo por base a natureza dos serviços descritos neste instrumento, as demais normas vigentes e que os serviços, independente da complexidade, são comuns sugere-se a adoção da modalidade Pregão.

Pelas características dos serviços a serem executadas, optou-se por utilizar o regime de empreitada por preço global, considerando que os elementos técnicos que integram os projetos executivos, avaliados previamente pela ENARQ, definem claramente os aspectos quantitativos dos objetos executados e, sendo assim, apresentam um grau de confiabilidade adequado que admite a contratação da execução do serviço por preço total e certo, com medições realizadas por etapas.

No regime de empreitada por preço unitário, o acompanhamento do empreendimento se torna mais difícil e detalhado, porquanto é necessária a fiscalização sistemática dos serviços executados, a precisão da medição de quantitativos é muito mais crítica que em contratos por preços globais, não sendo adequado para as características dos serviços planejados para o ano vindouro, em detrimento da já escassa estrutura de fiscalização da unidade de engenharia, composta por apenas 02 servidores, que já acompanham outras contratações continuadas do TRE-PI.

A(s) contratação(ões) refere(m)-se a serviço(s) não continuado(s), sem dedicação exclusiva de mão de obra, não haverá alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão.

### **Execução dos Serviços**

Toda a mão de obra será fornecida pelo contratado.

Todos os materiais serão fornecidos pela empresa contratada e deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

O horário de trabalho será diurno, podendo, a critério da fiscalização do contrato, ser noturno, em finais de semana ou feriados.

O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, equipamentos, pagamento de funcionários e outros custos decorrentes da execução do objeto, sem qualquer ônus para o TRE-PI.

Até o recebimento definitivo da obra ou serviço, o Contratado deverá prestar toda a assistência técnica necessária à correção das imperfeições identificadas. Durante a execução dos serviços, deverá haver acompanhamento em tempo integral por encarregado geral com comprovada experiência nesse tipo de atividade.

Após a instalação dos dispositivos, será realizado a solicitação de vistoria técnica junto ao CBMEPI. Concluída a vistoria e obtido o respectivo aceite, será emitido o Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros (ARCB), documento que certifica a plena conformidade do sistema perante o CBMEPI.

A tramitação para obtenção do ARCB será de responsabilidade da empresa contratada, enquanto as renovações anuais subsequentes ficarão a cargo do Órgão contratante.

Compete ainda ao Contratado a execução de todos os ensaios e testes exigidos pelas normas técnicas e Instruções Técnicas (ITs), de modo a assegurar a estanqueidade, a confiabilidade e o pleno funcionamento dos sistemas instalados.

### **Comissionamento dos Sistemas**

Deverão ser objeto de comissionamento, teste e startup os sistemas de incêndio por hidrantes, detecção e alarme da edificação e chuveiros automáticos. Não está previsto no escopo desta contratação, o treinamento de Brigada de Incêndio.

### **Padrão Mínimo de Qualidade**

Todos materiais, peças e equipamentos fornecidos deverão ser originais e novos (primeiro uso), podendo ser solicitado comprovação dessa condição através da apresentação Nota Fiscal onde conste a especificação. Especificar peças e componentes certificados pelo Inmetro, Anatel e de acordo com a legislação vigente aplicável. Não serão aceitos materiais de qualidade inferior aos definidos nas especificações.

Observar às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

### **Requisitos Legais**

Para o correto cumprimento dos serviços, o licitante deverá atender integralmente aos requisitos previstos no Termo de Referência, bem como àqueles constantes no Edital da licitação;

Em relação à segurança do trabalho e qualidade na prestação dos serviços, caberá à contratada a implantação do conjunto de normas, ações e medidas preventivas destinadas a garantir a saúde e segurança dos trabalhadores, bem como também garantir a qualidade na prestação dos serviços. Deste modo, a empresa deve estabelecer requisitos mínimos envolvendo o planejamento, a organização e a execução dos serviços em conformidade com as seguintes

normas:

1. Normas Técnicas relativas aos serviços executados.
2. NBR 5.410: Instalações elétricas de baixa tensão;
3. NBR 5.419: Proteção contra descargas atmosféricas;
4. NBR 5.674: Manutenção de Edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
5. NBR 9.077: Saídas de emergência em edifícios;
6. NBR 10.898: Sistema de iluminação de emergência;
7. NBR 11.742: Porta corta-fogo para saída de emergência;
8. NBR 12.693: Sistemas de proteção por extintores de incêndio
9. NBR 13.434: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;
10. NBR 13.523: Central de gás liquefeito de petróleo – GLP;
11. NBR 13.714: Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
12. NBR 17.420: Sistemas de detecção e alarme de incêndio;
13. Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (NT-01 a NT-45).
14. Os procedimentos de Segurança devem obedecer às Normas Regulamentadoras criadas, divulgadas e fiscalizadas pelo órgão de fiscalização.
15. NR-18 - Condições e meio ambiente de trabalho na Indústria da construção

### **Garantia**

O prazo de garantia do objeto observará a previsão dos artigos 14 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e artigo 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

### **Segurança da Informação**

Adequação do Contrato à Lei geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018 (LGPD)

### **Qualificação**

A(s) Contratada(s) deverá(ão) empregar mão de obra qualificada e materiais de qualidade. A empresa deverá ser do ramo de atividade relacionada ao objeto, não possuir registro de sanção que impeça sua contratação, estar devidamente regular com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, demonstrar boa situação financeira por meio dos requisitos usuais exigidos como qualificação econômica.

Comprovar capacidade técnico-profissional e técnico-operacional da empresa contratada, através de atestados de capacidade técnica e acervos técnicos que demonstrem já terem realizado serviço similar ao requerido, bem como o regular registro no respectivo conselho de classe (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU), de forma que deixe claro que a futura contratada terá condições técnicas e operacionais para executar os serviços de PPCI , compatível com a natureza e quantitativos dos serviços a serem prestados.

O(s) responsável(eis) pela empresa deverá(ão) recolher antes da data prevista para início dos serviços a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho de Classe, pelos serviços em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica e observar ainda a atribuição profissional conferida a cada profissional para prestação do objeto a ser licitado.

### **Prazos**

O prazo de execução dos serviços será o previsto no cronograma físico financeiro e o início da execução dos trabalhos será definido mediante a emissão de Ordem de Serviço pela autoridade competente. A contagem do prazo de execução se dará a partir da emissão da Ordem de Serviço.

O prazo de vigência será definido de acordo com o prazo de execução e será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado anteriormente, por se tratar de contrato por escopo.

### **Avaliação da necessidade de a contratada promover transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.**

Após a instalação e os testes de todos os sistemas, a contratada deverá realizar a transferência de conhecimento, tecnologias e métodos utilizados especificamente nesta contratação, aos servidores designados pela Administração. É responsabilidade da contratada capacitar os servidores indicados, garantindo que estejam aptos a operar os sistemas de forma adequada.

### **Subcontratação.**

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação (sistema de detecção e alarme de incêndio e instalação eletromecânica de bombas de incêndio);

A subcontratação de serviços somente poderá ser autorizada pela Administração para serviços especializados que fujam à expertise técnica da futura contratada. Ou seja, a subcontratação não será, em nenhuma hipótese, a regra na execução contratual, só podendo se fazer uso dela para os serviços autorizados.

### **Critérios e práticas de sustentabilidade**

Os critérios de sustentabilidade são aqueles estabelecidos nas especificações do objeto, nas obrigações da contratada e/ou no edital, conforme exigência prevista em legislação específica.

### **Seção 1: exigências gerais (para todas as contratações)**

**I. Respeito à legislação básica sobre sustentabilidade:** Os fornecedores de bens e serviços devem observar os critérios definidos na legislação vigente e nos demais instrumentos oficiais de boas práticas de contratações sustentáveis, especialmente:

1. Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece o princípio do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz das contratações públicas;

a. Decreto 7.746/2012: Critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas (ainda aplicáveis à Lei 14.133/2021);

b. Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010: Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal (acolhida pela Lei 14.133/2021);

c. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da CGU;

2. Lei 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;

a. Decreto 10.240/2020: Regulamenta o sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

b. Decreto 10.936/2022: Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

3. Decreto Estadual (Piauí) 20498/2022: Diretrizes para a implementação do sistema de logística reversa de embalagens;

4. Resolução CNJ 400/2021: Política de sustentabilidade do Poder Judiciário;

5. Portaria Presidência TRE-PI 683/2021: Instituição do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TRE-PI.

**II. Critérios e práticas sustentáveis:** Todos os serviços contratados e produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos ou utilizados/fornecidos em prestação de serviços devem observar, em sua composição e no processo produtivo (Decreto 7.746/2012, art. 4º):

1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

**III. Constituição e processo produtivo:** Todos os produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos e/ou utilizados e fornecidos em prestação dos serviços (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, I, II e IV):

1. devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis, conforme as Normas Técnicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

2. devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3. não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDES).

**IV. Embalagens:** Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, III),

1. com o menor volume possível;

2. produzidas com materiais recicláveis/reciclados, como papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;

3. que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4. que sejam objeto de logística reversa.

**V. Destinação final (logística reversa):** Os fornecedores devem estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno das embalagens e dos produtos após o uso pelo consumidor, ou a destinação ambientalmente adequada dos bens fornecidos ou utilizados na prestação dos serviços (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos -

PNRS).

Seção 2: Exigências específicas do objeto da contratação

Dimensão: Sustentabilidade Ambiental, Técnica e de Segurança do Trabalho

I. Termo de Referência:

Materiais e equipamentos:

- a. Todos os componentes do sistema de combate a incêndio (extintores, mangueiras, sprinklers, válvulas, sinalizações, EPIs e EPCs) devem possuir certificação compulsória do INMETRO, conforme Portarias Inmetro/ME nº 58/2022 (serviços de inspeção e manutenção de extintores) e nº 108/2022 (extintores - produto), além da Portaria Inmetro nº 200/2021 (Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP).
- b. Os materiais e equipamentos deverão atender às Normas Técnicas da ABNT, em especial as NBRs 9077:2025, 13434, 13485, 13714, 17240 e 17241, bem como às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Piauí (CBM-PI).
- c. Deverá ser apresentada Ficha com Dados de Segurança (FDS, antiga FISPQ) para os produtos químicos eventualmente utilizados, conforme ABNT NBR 14725:2023.
- d. O fornecedor ou fabricante de agentes extintores químicos, gases ou espumas deve possuir registro regular no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA, conforme Lei 6.938/1981 e IN IBAMA 13/2021, sendo dispensada a exigência para empresas apenas prestadoras de serviços de instalação/manutenção, conforme IN IBAMA5/2018.
- e. Os materiais substituídos (extintores, mangueiras, luminárias, etc.) devem ter destinação ambientalmente adequada, conforme dispõem a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/2010) e a Resolução CONAMA 307/2002, devendo ser elaborado Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.

Responsabilidade técnica e segurança do trabalho:

- a. A empresa contratada deverá possuir **registro ativo no CREA** e apresentar **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** dos responsáveis pelos projetos e execução;
- b. Todos os profissionais deverão utilizar **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)** certificados com **CA (Certificado de Aprovação)** válido emitido pelo **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**, conforme NR 6;
- c. Os serviços deverão atender às **NR 6, 9, 18 e 35** (EPI; PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; Condições e Meio Ambiente na Construção; e Trabalho em Altura).

Por fim, deve priorizar soluções que reduzam o consumo de energia, como a adoção de tecnologias mais eficientes e projetos com sistemas energeticamente econômicos.

4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

DESCRIÇÃO
Os serviços a serem realizados, bem como as quantidades, especificações de materiais e equipamentos, encontram-se descritos nos orçamentos analítico e sintético, no memorial descritivo e nos demais documentos que acompanham o edital.

5. Levantamento de Mercado

DESCRIÇÃO

Foram analisadas contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, mediante consulta a editais, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender de forma mais eficiente às necessidades da Administração. As práticas identificadas foram incorporadas à presente contratação, não pairando dúvidas quanto ao modelo de contratação.

Destacamos os principais editais analisados: Pregão Eletrônico nº 90002/2025/SRRF05, Pregão Eletrônico nº 90015/2024/SRA1ªREG/AGU, Pregão Eletrônico nº 90021/2024/TRT7REG e Pregão Eletrônico nº 90088/2024/MPMT.

A contratação dos serviços comuns de engenharia para adequações no sistema de prevenção e combate a incêndio do TRE-PI é realizada de forma semelhante ao proposto no mercado, em conformidade com as exigências legais, normativas e editalícias aplicáveis.

O mercado de potenciais prestadores desses serviços é amplo, uma vez que há diversas empresas qualificadas com mão de obra especializada.

Para o objeto em questão, não se vislumbram alternativas de mercado além da terceirização para a prestação indireta dos serviços, tendo em vista a inexistência, no quadro funcional do TRE-PI, de cargos e estrutura destinada à execução desse objeto, o que inviabiliza o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

6. Estimativa do Valor da Contratação

DESCRIÇÃO
<p>O custo total estimado da contratação é de <b>R\$ 611.862,23 (seiscentos e onze mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e três centavos)</b>, conforme Planilha Orçamentária de serviços e demais elementos complementares do custo, os quais integram o Termo de Referência como anexo.</p> <p>O orçamento de referência do custo global dos serviços de engenharia foi elaborado com base, prioritariamente, no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – <b>SINAPI</b>, em conformidade com o disposto no art. 23, §2º, da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 7.983/2013. Para as composições não contempladas no SINAPI, recorreram-se a outras bases oficiais de preços, como o <b>ORSE/SE</b> e o <b>SEINFRA/CE</b>. No último caso de serviços muito específicos, não contemplados em nenhuma base de preços, foram adotadas composições próprias, obtidas por meio de cotações do mercado.</p> <p>Para a instrução deste processo licitatório, serão anexadas as planilhas orçamentárias analíticas e sintéticas, contendo o detalhamento do preço global, das composições de preços unitários, composição de encargos sociais e do <b>BDI</b>.</p> <p>O orçamento foi atualizado com as últimas publicações dos bancos de preços disponíveis em outubro/2025 e foi concluída em 28 de outubro de 2025. A elaboração das planilhas citadas ficaram à cargo de empresa JUDAH SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 01.335.973/0001-44, a qual mantém pacto com este TRE através do contrato nº 07/2023.</p>

7. Descrição da Solução

DESCRIÇÃO

A solução abrange a contratação de terceiro especializado na execução indireta do escopo de serviços técnicos para a prestação de serviços comuns de engenharia, visando à Adequação dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do Edifício Anexo do TRE-PI, com vistas a obter junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí o Atestado de Regularidade de uso da edificação, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra pela contratada.

A contratação do serviço em questão deverá observar as justificativas, especificações técnicas, condições de garantia e de execução estabelecidas neste planejamento, bem como nos projetos e demais documentos técnicos correspondentes.

O serviço será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com utilização de mão de obra terceirizada, em razão da inexistência, no quadro de servidores do TRE-PI, de profissionais especializados nas diversas áreas envolvidas, bem como da indisponibilidade de equipamentos e ferramentas necessárias à execução do objeto da futura licitação.

A contratação deve ser classificada como serviço não contínuo, por se tratar da execução de um objeto específico em período previamente determinado (contrato por escopo).

Os serviços deverão ser realizados por mão de obra sob supervisão do responsável técnico do objeto da contratação.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação que configure personalidade ou subordinação direta, em conformidade com o inciso IV do art. 4º do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, e com os arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Contratação

DESCRIÇÃO
<p>A contratação não deve ser dividida, pois trata-se de um serviço único e especializado: a adequação do prédio às normas de prevenção de incêndio, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários. A fragmentação traria riscos técnicos e operacionais, dificultando a definição de responsabilidades em caso de falhas, atrasos ou defeitos, além de inviabilizar a garantia dos serviços.</p> <p>Separar mão de obra e materiais ou segmentar por áreas comprometeria a eficiência, aumentaria a burocracia com múltiplos contratos, oneraria a fiscalização diante do reduzido quadro de servidores e eliminaria ganhos de escala. Ademais, a Administração Pública não possui a agilidade da iniciativa privada para suprir insumos, o que poderia prejudicar a continuidade dos trabalhos.</p> <p>Portanto, a execução por uma única empresa, reunindo serviços e materiais em um só contrato, apresenta-se como a alternativa mais segura, eficiente e vantajosa para a Administração.</p>

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

DESCRIÇÃO
<p>A contratação de serviços para regularização da edificação à legislação vigente visa garantir que o TRE-PI esteja resguardado e mitigue os impactos contra incidentes relacionados a incêndios, proporcionando segurança ao patrimônio e proteção aos funcionários e prestadores de serviço no edifício .</p>

10. Providências a Serem Adotadas pela Administração

DESCRIÇÃO

- A Administração deverá disponibilizar locais destinados à instalação de containers para armazenamento de materiais e definir os locais de movimentação e horários de trabalho.
- **Antes da emissão da Ordem de Serviço, é indispensável um planejamento prévio pela Administração Superior em conjunto com a Contratada, para programar a desocupação e reocupação das áreas disponibilizadas para a realização das atividades de forma que também não afete o funcionamento do órgão, em razão das atividades vindouras para as Eleições Gerais de 2026 e as sessões realizadas no Plenário do TRE-PI semanalmente.**
- Devem ser promovidas reuniões entre a empresa contratada e os servidores designados para o acompanhamento, com o objetivo de esclarecer os procedimentos a serem seguidos em cada etapa, conforme cronograma físico aprovado pela Administração .
- O órgão contratante deve emitir portaria específica para designar servidores habilitados para acompanhar e fiscalizar os serviços e suas respectivas medições .
- Antes do início das atividades, a empresa selecionada deverá providenciar todas as licenças, autorizações e registros exigidos pelos órgãos municipais, estaduais, ambientais, concessionárias de serviços públicos e demais entidades pertinentes .

#### 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

DESCRIÇÃO
O TRE-PI deverá promover treinamento periódico de curso de Brigada de Incêndio, conforme Instrução Técnica nº 17 do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí para obtenção e renovação do Atestado de Regularidade da edificação.

#### 12. Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

DESCRIÇÃO
Os possíveis efeitos ambientais identificados por este estudo relacionam-se ao uso inadequado dos recursos naturais, à escolha dos materiais empregados na realização do serviço e ao manejo do descarte dos mesmos, bem como ao tratamento dos resíduos provenientes das atividades de construção civil.
Para minimizar esses impactos, o tópico "Requisitos da Contratação" apresenta as normas, procedimentos, ações obrigatórias e medidas mitigadoras a serem adotadas pela empresa contratada.

#### 13. Posicionamento Conclusivo

DESCRIÇÃO
Após este estudo preliminar, essa equipe de planejamento declara viável esta contratação.

#### 14. Estudo de Contratações Anteriores

DESCRIÇÃO
Não há registro de contratações anteriores para o objeto pretendido neste Tribunal.

#### 15. Análise de Riscos

DESCRIÇÃO
Os riscos da contratação foram inseridos em Mapa de Análise de Riscos específico para tais fins em anexo.



Teresina, 29 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Mhario Eugenio de Castro Ramos**, **Analista Judiciário**, em 29/10/2025, às 00:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, **Analista Judiciário**, em 29/10/2025, às 07:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0002467690** e o código CRC **6AF5DBAA**.

0022277-22.2024.6.18.8000

0002467690v170



--